



DIAS PARADOS NA ÁREA AMBIENTAL: ENTIDADES SINDICAIS E GOVERNO ENTRAM EM ACORDO

A Condsef participou na quarta-feira, 23, de reunião na Secretaria de Recursos Humanos (SRH) do Ministério do Planejamento que contou com presença da Asibama e representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ibama e Instituto Chico Mendes. A reunião foi a continuidade de um encontro para negociar a inclusão de um aditivo no termo de acordo que trata da reposição de dias parados na última mo-

bilização de servidores da área ambiental. Depois de apresentar solicitação de mudanças que foram acatadas houve consenso entre entidades sindicais e governo que levou à assinatura do aditivo. Entre os pontos negociados está a avaliação de caso a caso para que servidores aposentados não sofram prejuízos indevidos. A avaliação, entretanto, só deverá ser feita mediante requerimento individual.

Além disso, o aditivo vai considerar os mutirões feitos por servidores antes da assinatura do primeiro termo de acordo, em dezembro do ano passado. Na reunião anterior, governo e trabalhadores já haviam concordado que cada hora trabalhada no atendimento ao público equivale a 3 horas de reposição enquanto cada hora trabalhada administrativamente equivale a 2 horas de reposição. (Fonte: CONDSEF)

OS INTENSOS MOVIMENTOS PARA 2012 E 2014

É comum no Brasil que a discussão sobre os prováveis cenários da próxima eleição inicie-se logo após o início do governo recém eleito. Há quem entenda isso como especulação barata, já que os ventos mudam no percurso de quatro anos. Mas cada vez começo a desconfiar desta tese, principalmente para a disputa presidencial.

Por conta de o Brasil ser um país continental, sem alianças fortes nem o Sobrenatural de Almeida tem chances numa disputa em que a eleição presidencial acontece concomitantemente com a de governos estaduais e de cargos parlamentares federais e estaduais.

Só num momento de grave crise econômica ou institucional a eleição presidencial poderia ser vencida por alguém de fora dos partidos estruturados nacionalmente. (Fonte: Blog do Rovai)

DEFINIDO RELATOR DO PLP 549, QUE REDUZ GASTOS NO FUNCIONALISMO

Na última quarta-feira (23), o nome do deputado Pepe Vargas (PT/RS) foi indicado para relatar o PLP 549/09 na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. Na legislatura passada, a matéria havia recebido parecer pela rejeição da então relatora, deputada Luciana Genro (PSol/RS). Como a parlamentar não foi reeleita, o projeto foi redistribuído.

O projeto de lei complementar (PLP) 549/09, que congela o salário dos servidores por dez anos, foi aprovado no Senado Federal em 2008 e, desde então, aguarda deliberação da Câmara dos Deputados.

A matéria faz parte do pacote de propostas que objetivam a redução de custos na máquina pública e tem apoio de setores do governo que pretendem conter gastos, em especial, com os salários de servidores.

Além desta matéria, destacamos também a definição de relator, na Comissão de Trabalho, do PL 1.992/07, que cria a previdência complementar do servidor. Caberá ao presidente do colegiado, deputado Silvio Costa (PTB/PE), emitir parecer sobre o projeto. (Fonte: DIAP)